

CONTRIBUTO PARA A CARACTERIZAÇÃO SOCIOLÓGICA DE UMA ELITE

João Paulo Sabino

Introdução

O texto que agora se apresenta partilha – pelo menos, em alguns aspectos – do espírito que levou à realização de uma galeria de retratos (iconografia) daqueles que, ao longo de cerca de duzentos anos, interpretaram mais directamente a condução financeira do País. De facto, as linhas que aqui vamos escrever resultaram da interpretação de dados sujeitos a um tratamento estatístico* ou fruto de uma análise quantitativa, só possível na medida em que se procedeu à concentração da informação numa base de dados. É nessa medida que este trabalho se aproxima da ideia que presidiu à constituição de uma iconografia dos ministros da Fazenda e das Finanças: para chegar a algumas conclusões sobre o perfil sociológico dessa elite, tornou-se necessário reunir alguns dados biográficos dos ministros, isto é, de alguma forma, construir uma memória colectiva sobre os mesmos, embora traduzida em dados muito sumários e envolvendo uma certa impessoalidade, como é típico dos tratamentos estatísticos. A iconografia, por seu lado, porque envolve um esforço de concentração, encarregou-se de resgatar a memória visual de quase todas as personalidades que exerceram o cargo de ministro da Fazenda e Finanças – memória que, até aqui, existia fragmentariamente, donde resultava, como parece óbvio, uma certa descaracterização e, mesmo, embaciamento da função ministerial. Não que os retratos dos ministros da Fazenda e das Finanças nos digam alguma coisa de certo sobre os seus

representados no exercício de funções oficiais, mas ajudam, parece-nos, a humanizar as instituições e os seus intérpretes e, quem sabe mesmo, a derramar alguma luz sobre os aspectos mais pessoais de cada indivíduo – o modo de vestir, de pentear, de olhar, etc. Ora, a imagem revela, assim, os pontos comuns que há entre os homens e, por isso mesmo, tem a capacidade de os pôr em comunicação, quer se trate de homens da mesma época ou de épocas diferentes e distantes. A imagem é, assim, um dos meios de que o homem dispõe para se religar a si próprio – o mesmo é dizer, à sua história.

Aspectos metodológicos

Como atrás se deu a entender, os dados biográficos tratados neste texto foram introduzidos numa base de dados, mas, como esta não foi pensada inicialmente para responder a determinadas solicitações, os resultados que permitiu apurar não são tão vastos como gostaríamos, ao invés de outros trabalhos já realizados sobre o assunto, de que destacamos o *working paper* intitulado “Portuguese ministers, 1851-1999: social background and paths to power”¹, da autoria de Pedro Tavares de Almeida e de António da Costa Pinto. Diga-se, portanto, que o estudo destes investigadores, verdadeiramente pioneiro e único no que às elites ministeriais portuguesas para a época contemporânea diz respeito, constitui uma referência importante para a análise que tentámos aqui conduzir. Embora não seja – nem encerre a intenção de o ser – tão detalhado como esse estudo, o presente trabalho, que,



* Devo, neste particular, referir e agradecer o apoio prestado por Carla Patrícia Sabino.

¹ O estudo encontra-se, à data da redacção do presente texto, que se saiba, apenas disponível na Internet, através do seguinte endereço: <http://www.ces.fas.harvard.edu/publications/Tavares.pdf>.

sintomaticamente, apelidámos de “Contributo para a caracterização sociológica de uma elite”, apoiou-se, no entanto, num número suficiente de indicadores para se poder depreender algumas tendências sociológicas dominantes ao longo do período em análise, isto é, de 1788, ano da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, até à actualidade (2005). Esses indicadores dividem-se em dois grupos. No primeiro, enquadrámos aqueles indicadores que dizem respeito ao número de ministros, à média dos mandatos e ao número de mandatos por ano, naquilo que podíamos designar como tipologia dos mandatos. Para um segundo grupo, remetemos os indicadores de carácter mais sociológico, como a naturalidade, a idade à tomada de posse do primeiro mandato, a profissão paterna, a formação académica e a experiência prévia parlamentar, o que, no seu conjunto, pode ajudar a definir padrões sociais de recrutamento. Entrelaçada com a definição dos indicadores, encontra-se a periodização adoptada. Periodizar envolve sempre alguns riscos, especialmente quando se tenta compatibilizar, na medida do possível, o processo político com a evolução orgânica das instituições. Na periodização que serve de base a este trabalho, sempre que houve alguma dúvida sobre o nome a adoptar para os intervalos de tempo ou sobre a dimensão dos mesmos, prevaleceu o critério político, mais do que o orgânico-funcional. Assim sendo, dividimos os cerca de duzentos anos em análise em seis períodos, a saber: “O crepúsculo do Antigo Regime” (1788-1820); “A afirmação do Liberalismo” (1820-1849); “Da Regeneração ao fim da Monarquia” (1851-1910); “A I República” (1910-1926);

“A Ditadura Militar e o Estado Novo” (1926-1974) e “Portugal Democrático” (1974-2005). Como pode observar-se, a arrumação dos períodos seguiu, em todos os casos, uma lógica política, sendo a fronteira entre a Monarquia Constitucional e a I República o único momento que representa uma diáclase política e, ao mesmo tempo, institucional, com o advento do Ministério das Finanças e das reestruturações orgânicas que tal mudança envolveu. Em tudo mais, foi decisiva a lógica da “coerência política”. O período que classificámos de “O crepúsculo do Antigo Regime”, que se situa, *grosso modo*, entre a primeira regência de D. João VI e a Revolução Liberal de 1820, é, apesar de conter em si o germen das transformações que se avizinhavam, um tempo político sem comparação com o que denominámos “A afirmação do Liberalismo”. Bem sabemos que corremos alguns riscos em identificar este período com a baliza temporal que vai de 1820 a 1851, porque se entrecruzam no seu seio conjunturas políticas muito diversas, como a Revolução Liberal, o reinado de D. Miguel e as guerras civis; mas, por outro lado, faz todo o sentido, na medida em que o projecto político liberal demorou todo esse tempo até se consolidar (lembramos que as guerras civis desse período não foram apenas entre liberais e absolutistas, mas, também, entre os próprios liberais). O período que vai de 1851 a 1910, que designámos “Da Regeneração ao fim da Monarquia”, não suscitará grandes justificações, tão-só um apontamento. Mesmo se considerarmos que esse longo período é, por vezes, alvo de subdivisões (basta lembrar as datas de 1876, que dá início formal ao Rotativismo, e de 1891, ano do *Ultimatum*), não faria sentido quebrá-lo

QUADRO I
Número de ministros e média dos mandatos, por período político

	Número de ministros	Média	
		(meses)	(anos)
O crepúsculo do Antigo Regime	10	54,9	4,5
A afirmação do Liberalismo	33	7,6	0,6
Da Regeneração ao fim da Monarquia	35	11,0	0,9
A I República	45	3,0	0,2
A Ditadura Militar e o Estado Novo	13	30,9	2,5
Portugal Democrático	22	15,2	1,2
Total*	158	11,9	1,0

* Deste total, falta um ministro, que não foi contemplado no presente trabalho.

em 1869 – altura em que a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda é, irremediavelmente, extinta, reorganizando-se as direcções-gerais e outros serviços da instituição, que passa a chamar-se Ministério dos Negócios da Fazenda –, sob pena de infundirmos critérios diferentes na periodização.

A arrumação cronológica posterior não oferecerá, igualmente, dúvidas de maior. “A I República”, período de ruptura com o que o antecedeu, virá, por sua vez, a ser suplantado por um regime de matriz política bem distinta, “A Ditadura Militar e o Estado Novo”, que contém duas fases diversas, é certo, estando, porém, intimamente ligadas. Optámos por agrupá-las, até porque o universo de ministros de cada uma delas é relativamente pequeno. Todavia, também faria sentido separá-las, se atentarmos em algumas particularidades que referiremos mais à frente. Neste sentido, quando a diferenciação entre a “fase militar” e a “fase civil” se justificar, faremos a devida nota.

Por último, inaugurando um novo período político, temos o “Portugal Democrático”, que, no caso em estudo, não foi necessário dividir entre 1974-1976, intervalo de acentuada presença militar, e entre 1976 e 2005, fase em que o País atingiu a “normalidade” civil.

Análise dos dados estatísticos

Número de ministros e caracterização dos mandatos (duração e repetitividade)

Como se disse no ponto anterior, cabe analisar, neste capítulo, os resultados de determinados indicadores relativos aos mandatos, que nos permitem tecer alguns considerandos e chegar a algumas conclusões a propósito dos regimes políticos. Registe-se que foram contemplados os mandatos interinos, uma vez que, em muitos casos, funcionam como autênticos mandatos efectivos, pelo menos, no que toca à duração.

QUADRO II
Repetitividade dos mandatos

	Número de ministros que não repetiram mandatos	Número de ministros que repetiram mandatos				
		2 mandatos	3 mandatos	4 mandatos	5 mandatos	6 mandatos
O crepúsculo do Antigo Regime	10	0	0	0	0	0
A afirmação do Liberalismo	23	5	4	1	0	0
Da Regeneração ao fim da Monarquia	24	10	1	3	0	1
A I República	33	7	2	2	0	1
A Ditadura Militar e o Estado Novo	8	4	1	0	0	0
Portugal Democrático	19	2	1	0	0	0

Começamos por um quadro composto pelo número de ministros e pela média dos mandatos, referentes a cada um dos períodos políticos e ao seu conjunto. Desde logo, salta à vista o elevado número de ministros que exerceram os seus mandatos durante os cerca de dezasseis anos da “I República”, que se traduz numa média de mandatos de três meses. Sobre a instabilidade governativa entre 1910 e 1926, escreveram-se muitas linhas. Mais recentemente, ao contrário de uma interpretação mais tradicionalista, que encontra no próprio regime republicano a causa dessa instabilidade, outros autores lembraram que a crise já vinha da fase final da Monarquia Constitucional e que a sua ocorrência durante o primeiro período republicano não constituiu uma singularidade portuguesa, visto que, um pouco por toda a Europa, os governos dessa época tiveram dificuldades em exercer o poder, perante situações de crise social intensa e generalizada, que ditavam, em último caso, a desestabilização dos próprios gabinetes. Na sequência dessa nova

proposta de interpretação, sugere-se, porém, que a instabilidade dos governos da I República não significava descontinuidade². Contudo, como demonstra o Quadro II, é durante a I República que o número de ministros das Finanças que exerceram o mandato por uma única vez – isto é, que não repetiram mandatos – é mais expressivo. Num total de quarenta e cinco ministros, apenas doze foram reconduzidos no cargo de ministro das Finanças. Constituirá a pasta das Finanças, na I República, um exemplo à parte, sendo uma das atribuições mais sensíveis do Governo? Por outro lado, configurando um quadro diametralmente oposto, é nos períodos “O crepúsculo do Antigo Regime” e “A Ditadura Militar e o Estado Novo” que o número de mandatos é menor, o que estará em consonância com a lógica política dos regimes então vigentes, de carácter absolutista, no primeiro caso, e de carácter autoritário, no segundo, isto é, sistemas políticos donde está arredada a efectiva aceitação dos mecanismos legais ou tácitos de

² Rui Ramos, *História de Portugal – A Segunda Fundação*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 489-491.

alternância mais ou menos regular no exercício de funções – neste caso, ministeriais. Na realidade, são os únicos períodos – juntamente com a Democracia – em que a média dos mandatos ultrapassa um ano de duração. Mais, se isolarmos o Estado Novo, obteremos uma média de mandatos para este período que se situa nos cinco anos, enquanto a média de mandatos da Ditadura Militar baixa, drasticamente, para 2,6 meses, ainda menor do que a da I República. Esta breve recomposição do período partilhado pela Ditadura Militar e o Estado Novo serve apenas para sublinhar as idiosincrasias deste regime político, avesso às frequentes mudanças no exercício da pasta das Finanças, tendência que parece querer inverter-se nos últimos tempos do marcelismo, embora nos vejamos limitados a apoiar-nos num único mandato para chegar a essa conclusão, correndo-se o risco de não ser representativo. Entre os regimes que detêm as médias de duração de mandatos mais e menos elevadas, encontram-se os períodos “Portugal Democrático”, “Da Regeneração ao fim da Monarquia” e “Afirmção do Liberalismo”, com médias de 15, 11 e sete meses (*grosso modo*), respectivamente. Não causa estranheza a evolução das médias de duração de mandato do período de 1820 a 1851 para o de 1851 a 1910. De facto, é consensual afirmar-se que, a partir de 1851, a Monarquia Constitucional entra num período de estabilidade política, só mais frequentemente conturbado nos vinte anos que antecedem a I República. Assegurada a paz, o período “Da Regeneração ao fim da Monarquia” pôde, inclusive, reinventar a estabilidade política, através de uma prática de conciliação

de opiniões por vezes antagónicas, amparada por um esquema de concessões mútuas, de que eram tributários os maiores partidos políticos de então e, conseqüentemente, os próprios governos.

Em contraposição, o período que se estende da Revolução Liberal de 1820 até à Regeneração é de acentuado sincretismo político, eivado de disputas entre todos os seus intérpretes, que não raras vezes se traduziram em conflitos armados de dimensão nacional. Tal característica pode explicar, numa primeira leitura, a segunda menor média de duração de mandatos da totalidade do período em análise, bem como a segunda maior proporção entre o número de ministros e o intervalo de tempo em que estão balizados. A média da duração dos mandatos do período da Democracia suscita, pelo menos, uma consideração. Se não está próxima das médias dos períodos relativos à Monarquia Absoluta e à Ditadura Militar/Estado Novo, também se mantém distante dos valores apurados para os períodos considerados no anterior parágrafo. Constitui, assim, um ponto de equilíbrio político e estatístico, porquanto vai beber da relativa democraticidade dos regimes políticos da Monarquia Constitucional e da I República – com o que isso envolve, por exemplo, de alternância no poder – e da estabilidade no exercício do cargo patenteada pelas médias de duração dos mandatos dos períodos “O crepúsculo do Antigo Regime” e “A Ditadura Militar e o Estado Novo”.

Características sociológicas dos ministros da Fazenda e das Finanças

O que nos propomos fazer neste capítulo é contribuir para o conhecimento dos antecedentes

QUADRO III
Naturalidade dos ministros

	Distritos							Outros territórios	
	Lisboa	Porto	Coimbra	Norte	Centro	Sul	Ilhas	Colónias	Estrangeiro
O crepúsculo do Antigo Regime	5	0	0	3	0	0	0	0	1
A afirmação do Liberalismo	10	3	1	5	3	3	3	0	2
Da Regeneração ao fim da Monarquia	13	3	5	4	3	3	1	0	1
A I República	8	4	5	6	12	6	1	1	0
A Ditadura Militar e o Estado Novo	2	1	2	1	2	3	2	0	0
Portugal Democrático	8	1	1	3	3	3	0	1	0
Total	46	12	14	22	23	18	7	2	4

Nota: Não se encontrou informação sobre a naturalidade de 10 ministros. Para a divisão do País em Norte, Centro e Sul tomou-se como referência os rios Douro e Tejo.

sociológicos daqueles que ascenderam ao cargo de ministro da Fazenda e das Finanças, de modo a percebermos quem são esses indivíduos e quais os aspectos que influenciam o seu recrutamento, bem como se certas características que, em determinada época, valorizam a progressão na carreira – no sentido de ascender ao cargo ministerial – se mantêm ao longo do período ou se sofrem alterações de regime para regime. Os tópicos de análise sociológica de que dispomos são a naturalidade, a profissão dos pais (na realidade, mais do pai do que da mãe, por razões que se prendem com a tardia emancipação da mulher enquanto trabalhadora), a formação académica, a idade à tomada de posse do primeiro mandato, a experiência política prévia (aqui, limitada à experiência parlamentar).

Naturalidade

A análise das origens geográficas dos ministros da Fazenda e das Finanças ganha algum sentido se tivermos em linha de conta a geografia

política, cultural e demográfica do País. Lisboa reforçou o seu papel de centralidade nos últimos duzentos anos. Escasseando dados para a primeira metade do século XIX, sabe-se, no entanto, que, desde meados de Oitocentos até 1910, a população da capital quase duplicou³. Esse ritmo de crescimento manteve-se, entre 1900 e 2002, para o resto do País, ao mesmo tempo que se verificou uma elevada concentração populacional na faixa litoral, em geral, e nas urbes de Lisboa e do Porto, em particular, nomeadamente, na década de 1960. A capacidade de atracção económica e política de Lisboa e a sua sustentabilidade demográfica explicam – pelo menos, em parte – os resultados apresentados no Quadro III. Quase um terço dos ministros nasceu no distrito de Lisboa, se bem que essa proporção varie de período para período. Contudo, este distrito domina o *ranking* das origens geográficas dos ministros em todos os períodos, à excepção da Ditadura Militar e do Estado Novo.

³ Miriam Halpern Pereira, "Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX", *Análise Social*, vol. VII, n.º 25-26, 1969, pp. 85-117.

QUADRO IV
**Distribuição da idade dos ministros, por período/
 /Média de idade dos ministros, por período**

	30-39	40-49	50-59	> 60	Média (anos)
O crepúsculo do Antigo Regime	10,0%	0,0%	40,0%	50,0%	58
A afirmação do Liberalismo	9,7%	41,9%	38,7%	9,7%	49
Da Regeneração ao fim da Monarquia	28,6%	22,9%	37,1%	11,4%	47
A I República	39,5%	39,5%	14,0%	7,0%	44
A Ditadura Militar e o Estado Novo	30,8%	23,1%	38,5%	7,7%	48
Portugal Democrático	9,1%	59,1%	27,3%	4,5%	46
Total	24,0%	35,1%	29,9%	11,0%	47

Nota: A referência etária é a idade dos ministros à tomada de posse do primeiro mandato. Do total, faltam quatro ministros: dois por não tomarem posse e outros dois por não se saber as suas datas de nascimento.

Neste período, pelo menos o distrito de Coimbra rivaliza com o de Lisboa, mas não chega a ser suplantado por nenhum outro, visto que os três ministros da Ditadura Militar e do Estado Novo que nasceram no Sul do País distribuem-se por mais de um distrito. Na I República, só aparentemente o distrito de Lisboa perde a primeira posição, porque os doze ministros republicanos nascidos no Norte do País provêm de diferentes distritos e não apenas de um, à semelhança do que acontece no caso apontado anteriormente.

Surpreendente é, talvez, a posição ocupada pelo distrito de Coimbra, que supera o do Porto. Há, pelo menos, um dado que pode ajudar a compreender esse resultado e que se prende com o facto de Coimbra ser a sede daquela que foi a única Universidade do País até ao advento da I República. Como poderá constatar-se mais à frente, quando nos debruçarmos sobre a

educação, a maior parte dos ministros tinha formação universitária. Ora, onze dos catorze ministros nascidos no distrito de Coimbra eram formados pela Universidade. O facto de estarem geograficamente próximos desse estabelecimento de ensino poderá ter facilitado a sua formação universitária, quando as limitações dos transportes e comunicações trespassam, apesar de tudo, grande parte do período em análise? Fica a questão, como tentativa parcial de resposta. De resto, verifica-se a perda de peso específico dos distritos do Porto e de Coimbra à medida que se caminha para a Democracia, embora os outros distritos do Norte do País se revitalizem neste período.

Outra interpretação que nos parece digna de registo é a diversidade das naturalidades dos ministros do período da I República. É, aliás, o único período em que se registam ocorrências em todas as divisões geográficas nacionais

constantes da tabela, incluindo as antigas possessões ultramarinas. Talvez valha a pena lembrar que as origens geográficas de uma outra elite do período da I República, a dos Constituintes, eram também muito diversas, representando os naturais de Lisboa apenas oito por cento.

Idade dos ministros à data do primeiro mandato

A aferição das médias de idade dos indivíduos por ocasião do início do primeiro mandato pode ajudar a compreender o peso do modelo gerontocrático no exercício do poder. É verdade que muitos dos indivíduos em análise sobraçaram outras pastas ministeriais antes de tomar posse, pela primeira vez, da pasta da Fazenda e das Finanças. De qualquer maneira, a média de idades aquando da primeira nomeação para ministro da Fazenda e das Finanças pode reforçar o quadro geral traçado para os mais diversos governantes – isto é, os ministros das outras pastas – no período de 1851 a 1999⁴, ou marcar, num ou noutro aspecto, a diferença. Um dos primeiros pontos a considerar é que, independentemente do período, não houve qualquer ministro que tenha sido nomeado pela primeira vez com menos de 30 anos, o que, já de si, constitui uma diferença relativamente aos resultados apurados no quadro geral dos governos referido acima, da autoria de outros autores⁵.

O período “O crepúsculo do Antigo Regime” destaca-se como aquele em que a média de idades à data de nomeação do primeiro mandato é a mais elevada, tendência que diminui, claramente, nos períodos “A afirmação do Liberalismo” e “Da Regeneração ao fim da

Monarquia”, embora as médias se mantenham relativamente elevadas. De facto, no período “A afirmação do Liberalismo”, a maioria dos indivíduos (80,6 por cento) foi nomeada pela primeira vez entre os 40 e os 60 anos de idade. No caso do período “Da Regeneração ao fim da Monarquia”, a proporção para semelhante grupo etário baixa para os 60 por cento, coexistindo, no entanto, uma margem significativa (28,6 por cento) correspondente aos que se iniciaram no exercício da pasta da Fazenda entre os 30 e os 39 anos de idade. Provavelmente, esta percentagem indicia a entrada em cena de um novo fluxo de intérpretes do poder, num tempo político em que as altas patentes militares mantinham uma presença expressiva na esfera governativa. Na I República, a média de idades à data do primeiro mandato de ministro das Finanças (44 anos) baixa muito significativamente em relação aos períodos que a antecedem e sucedem, superando o valor compulsado por Pedro Tavares de Almeida e António da Costa Pinto para a generalidade dos governantes⁶. À semelhança do período “Da Regeneração ao fim da Monarquia”, onde, como se disse acima, a presença dos militares nos governos é significativa, na I República prossegue-se essa tendência, mas, agora, trata-se de militares mais jovens, que contribuirão decisivamente para o não crescimento da média em análise (de facto, a média de idades à data da primeira nomeação para ministro das Finanças daqueles que, na I República, eram militares é superior apenas em um ano à média de idades dos ministros civis do mesmo período). A Democracia é o segundo período com a média de idades mais baixa relativamente à primeira

⁴ Pedro Tavares Almeida e António Costa Pinto – <http://www.ces.fas.harvard.edu/publications/Tavares.pdf>.

⁵ *Ibidem*.

⁶ *Ibidem*.

QUADRO V
Profissão paterna

	O crepúsculo do Antigo Regime	A afirmação do Liberalismo	Da Regeneração ao fim da Monarquia	A I República	A Ditadura Militar e o Estado Novo	Portugal Democrático	Total
Advogado	-	-	-	2	1	1	4
Artífice	-	1	-	1	-	1	3
Cargo político local	-	-	2	-	-	-	2
Comerciante	-	-	1	1	-	1	3
Conselheiro ultramarino	-	1	-	-	-	-	1
Diplomata	1	1	1	-	-	-	3
Doutor	1	-	-	1	1	-	3
Escrivão	-	1	-	1	-	-	2
Funcionário público	-	1	1	1	1	4	8
Historiador	-	-	-	-	-	2	2
Industrial	-	1	-	1	-	1	3
Inspector ultramarino	-	-	-	1	-	1	2
Juiz conselheiro	-	-	1	-	-	-	1
Juiz desembargador	-	2	1	-	-	-	3
Jurisconsulto	-	1	-	-	-	-	1
Lavrador	-	3	1	3	1	-	8
Médico	-	2	2	1	1	3	9
Militar	-	-	-	1	-	-	1
Ministro de Estado	-	-	1	-	-	-	1
Negociante	-	2	-	-	-	-	2
Oficial da Marinha	-	-	-	1	-	-	1
Oficial da Marinha Mercante	-	-	-	1	-	-	1
Oficial do Exército	1	1	5	3	1	1	12
Professor	-	1	-	-	1	-	2
Professor universitário	-	-	1	1	0	2	4
Proprietário	-	5	1	3	1	-	10
Senhor de terras	2	1	1	1	-	-	5
Titular	3	2	1	-	-	-	6
n.d.	2	7	15	21	5	5	55
Total	10	33	35	45	13	22	158

nomeação para ministro das Finanças, a qual corresponde exactamente à média homóloga apurada para todos os governantes do período democrático no estudo referenciado⁷. Pelo meio, o período “A Ditadura Militar e o Estado Novo” vê a média de idades aquando da primeira nomeação para a pasta das Finanças diluída no espectro etário que vai dos 30 aos 59 anos, com maior expressão, no entanto, nos grupos dos 30 aos 39 e dos 50 aos 59 anos de idade. Diga-se que esta divisão não coincide com a saída de António de Oliveira Salazar do poder e a entrada em cena do novo Presidente do Conselho, Marcelo Caetano.

Profissão dos pais

Trata-se do indicador com menos informação, uma vez que os dados obtidos se referem somente a 65 por cento dos ministros. Se dividirmos os dados da profissão dos pais pelos diversos períodos, constatamos as seguintes percentagens de casos conhecidos: “O crepúsculo do Antigo Regime”, 80 por cento; “A afirmação do Liberalismo”, 79 por cento; “Da Regeneração ao fim da Monarquia”, 57 por cento; “A I República”, 53 por cento; “A Ditadura Militar e o Estado Novo”, 62 por cento; “Portugal Democrático”, 77 por cento. Há, à primeira vista, uma notável variedade de profissões, já depois de um esforço de uniformização nominativa e funcional. De qualquer maneira, há profissões que sobressaem desse quadro genérico. Temos 12 oficiais do Exército e um da Marinha, cujas maiores incidências ocorrem no período “Da Regeneração ao fim da Monarquia” e no da I República. Estamos em crer que esses números

⁷ *Ibidem*.

aumentariam para os períodos referidos se dispuséssemos de mais informação sobre a profissão dos pais, uma vez que são os mais deficitários (57 por cento e 53 por cento, recorde-se).

Logo a seguir, vêm os proprietários e, também aqui, “A I República” conta com três incidências, quando a maior margem de casos, cinco, se verifica no período “A afirmação do Liberalismo”. Nove são os casos de médicos e oito os de lavradores, com a particularidade de se distribuírem, com mais ou menos diferenças, por todos os períodos, excepto o primeiro. Outro universo profissional que merece uma referência é o funcionalismo público, pois, dos oito casos registados, quatro referem-se aos pais de ministros do período democrático. Se, nesse conjunto, incluirmos os professores universitários, também eles funcionários públicos, então, o número apurado para o período democrático sobe em 50 por cento.

Faça-se, ainda, menção aos titulares e aos senhores de terras (no significado do Antigo Regime). Estas categorias tiveram uma expressão económica efectiva até à década de 1830, quando, pela legislação produzida por Mouzinho da Silveira, os bens ditos da Coroa, principal base de apoio das donatarias, foram extintos. Sob o ponto de vista legal, económico e cultural, essas categorias “profissionais” foram perdendo importância, verificando-se o último caso no pai de um dos ministros da I República.

Por último, ainda a propósito da I República, refira-se que, sendo o período em que os dados sobre a profissão dos pais escasseiam mais, é também aquele em que há maior diversidade das categorias profissionais, o que pode estar de acordo com a maior abertura social no acesso

QUADRO VI
Nível de educação dos ministros
(distribuição de acordo com o tipo de formação)

	Civil universitário	Militar universitário	Civil com curso superior	Militar com curso superior	Civil sem curso superior	Militar sem curso superior	n.d.	Total
O crepúsculo do Antigo Regime	4,9%	–	–	–	30,8%	9,1%	16,7%	6,3%
A afirmação do Liberalismo	19,5%	–	8,3%	7,4%	38,5%	72,7%	16,7%	20,9%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	20,7%	42,9%	50,0%	18,5%	15,4%	9,1%	16,7%	22,2%
A I República	18,3%	57,1%	41,7%	59,3%	15,4%	9,1%	33,3%	28,5%
A Ditadura Militar e o Estado Novo	9,8%	–	–	14,8%	–	–	16,7%	8,2%
Portugal Democrático	26,8%	–	–	–	–	–	–	13,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

N = 158 ministros

QUADRO VII
Nível de educação dos ministros
(distribuição de acordo com o período)

	Civil universitário	Militar universitário	Civil com curso superior	Militar com curso superior	Civil sem curso superior	Militar sem curso superior	n.d.	Total
O crepúsculo do Antigo Regime	40,0%	–	–	–	40,0%	10,0%	10,0%	100%
A afirmação do Liberalismo	48,5%	–	3,0%	6,1%	15,2%	24,2%	3,0%	100%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	48,6%	8,6%	17,1%	14,3%	5,7%	2,9%	2,9%	100%
A I República	33,3%	8,9%	11,1%	35,6%	4,4%	2,2%	4,4%	100%
A Ditadura Militar e o Estado Novo	61,5%	–	–	30,8%	–	–	7,7%	100%
Portugal Democrático	100,0%	–	–	–	–	–	–	100%
Total	51,9%	4,4%	7,6%	17,1%	8,2%	7,0%	3,8%	100%

N = 158 ministros

aos lugares do poder, traço característico do regime que existiu entre 1910 e 1926⁸.

O nível educacional dos ministros

A análise dos antecedentes educacionais dos ministros da Fazenda e das Finanças é aquele

que parte de um quadro de classificação mais complexo, devido à diversidade das habilitações académicas (não apenas entre indivíduos, mas, também, em cada indivíduo), ao próprio sistema educativo e à divisão entre a formação civil e militar. Dadas estas características, desenvolveremos

⁸ Rui Ramos, *História de Portugal – A Segunda Fundação*, pp. 474-489.

QUADRO VIII
Graus universitários dos ministros civis e militares
(distribuição de acordo com o grau)

	Bacharelato	Licenciatura	Pós- -Graduação	Mestrado	Doutoramento	n.d.	Total
O crepúsculo do Antigo Regime	4,4%	9,1%	–	–	–	20,0%	5,0%
A afirmação do Liberalismo	31,1%	9,1%	–	–	–	20,0%	17,0%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	33,3%	4,5%	16,7%	–	19,0%	20,0%	22,0%
A I República	31,1%	4,5%	–	–	19,0%	40,0%	21,0%
A Ditadura Militar e o Estado Novo	–	13,6%	–	–	23,8%	–	8,0%
Portugal Democrático	–	59,1%	83,3%	100,0%	38,1%	–	27,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

N = 100 ministros

QUADRO IX
Nível de educação dos ministros
(distribuição de acordo com o grau)

	Bacharelato	Licenciatura	Pós- -Graduação	Mestrado	Doutoramento	n.d.	Total
O crepúsculo do Antigo Regime	40,0%	40,0%	–	–	–	20,0%	100%
A afirmação do Liberalismo	82,4%	11,8%	–	–	–	5,9%	100%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	68,2%	4,5%	4,5%	–	18,2%	4,5%	100%
A I República	66,7%	4,8%	–	–	19,0%	9,5%	100%
A Ditadura Militar e o Estado Novo	–	37,5%	–	–	62,5%	–	100%
Portugal Democrático	–	48,1%	18,5%	3,7%	29,6%	–	100%
Total	45,0%	22,0%	6,0%	1,0%	21,0%	5,0%	100%

N = 100 ministros

a análise e interpretação dos dados passo a passo, com base nos quadros de informação. A abordagem que seguimos foi no sentido de “decantar” a informação disponível do geral para o particular, para melhor a compreendermos. Assim, procedeu-se à divisão

dos ministros de acordo com o nível geral de educação, pelo que distinguimos, no universo dos ministros civis, entre os universitários (isto é, que completaram cursos universitários e obtiveram os respectivos graus), os não universitários (o mesmo é dizer, os que completaram cursos superiores

Cursos universitários e pós-graduações (distribuição de acordo com o curso)

	Canones	Ciências Econômicas e Financeiras	Ciências Políticas-Econômicas	Direito	Economia	Engenharia Civil	Filosofia	Finanças	Letras	Matemática	Medicina	CC Ciências Jurídico-Econômicas	Ciências Políticas	PG Ciência Econômica Aplicada	PG Economia Monetária e Financeira	PG Investição Operacional	PG Planejamento Econômico	Total
O crepúsculo do Antigo Regime	50,0%	-	-	3,8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,2%
A afirmação do Liberalismo	25,0%	-	-	25,0%	-	-	20,0%	-	-	12,5%	-	-	-	-	-	-	-	16,8%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	25,0%	-	-	23,1%	-	-	60,0%	-	-	50,0%	-	-	100,0%	-	-	-	-	22,1%
A I República	-	-	-	23,1%	-	-	20,0%	-	100,0%	37,5%	100,0%	-	-	-	-	-	-	18,9%
A Ditadura Militar e o Estado Novo	-	100,0%	100,0%	13,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,5%
Portugal Democrático	-	-	-	11,5%	100,0%	100,0%	-	100,0%	-	-	-	100,0%	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	28,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

N = 95

Cursos universitários e pós-graduações (distribuição de acordo com o período)

	Canones	Ciências Econômicas e Financeiras	Ciências Políticas-Econômicas	Direito	Economia	Engenharia Civil	Filosofia	Finanças	Letras	Matemática	Medicina	CC Ciências Jurídico-Econômicas	Ciências Políticas	PG Ciência Econômica Aplicada	PG Economia Monetária e Financeira	PG Investição Operacional	PG Planejamento Econômico	Total
O crepúsculo do Antigo Regime	50,0%	-	-	50,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%
A afirmação do Liberalismo	6,3%	-	-	81,3%	-	-	6,3%	-	-	6,3%	-	-	-	-	-	-	-	100%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	4,8%	-	-	57,1%	-	-	14,3%	-	-	19,0%	-	-	4,8%	-	-	-	-	100%
A I República	-	-	-	66,7%	-	-	5,6%	-	5,6%	16,7%	5,6%	-	-	-	-	-	-	100%
Ditadura Militar e o Estado Novo	-	11,1%	11,1%	77,8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100%
Portugal Democrático	-	-	-	22,2%	51,9%	3,7%	-	3,7%	-	-	-	3,7%	-	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	100%
Total	4,2%	1,1%	1,1%	54,7%	14,7%	1,1%	5,3%	1,1%	1,1%	8,4%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	100%

N = 95

QUADRO XII
Instituições de ensino universitário

	Universidades			Instituto Superior Técnico	ISCEF/ISEG	Estrangeiras	n.d.	Total
	Lisboa	Porto	Coimbra					
O crepúsculo do Antigo Regime	-	-	100,0%	-	-	-	-	100%
A afirmação do Liberalismo	-	-	100,0%	-	-	-	-	100%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	-	-	100,0%	-	-	-	-	100%
A I República	5,3%	-	94,7%	-	-	-	-	100%
A Ditadura Militar e o Estado Novo	25,0%	-	62,5%	-	12,5%	-	-	100%
Portugal Democrático	18,2%	4,5%	4,5%	4,5%	40,9%	22,7%	4,5%	100%
Total	7,9%	1,1%	71,9%	1,1%	11,2%	5,6%	1,1%	100%

N = 89

QUADRO XIII
**Ministros civis - cursos técnicos superiores
 (distribuição de acordo com o período)**

	Agronomia	Curso de Estado-Maior	Curso Industrial	Curso Superior de Comércio	Engenharia	Engenharia Civil	Farmácia	Humanidades	Medicina	n.d.	Total
A afirmação do Liberalismo	-	-	-	-	-	-	-	100%	-	-	100%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	-	33,3%	16,7%	-	-	16,7%	-	-	16,7%	16,7%	100%
A I República	20,0%	-	-	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	-	-	-	100%
Total	8,3%	16,7%	8,3%	8,3%	8,3%	16,7%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	100%

N = 12

civis ou militares não universitários ou ministrados nas ordens religiosas) e os sem curso superior (que não têm ou não concluíram um curso de tipo superior). No universo dos ministros que fizeram a carreira das armas, separámos entre os militares universitários (aqueles que, não obstante terem seguido a carreira militar, concluíram um curso universitário), militares com curso de tipo superior (que cumpriram cursos de tipo superior

nas escolas e academias militares) e militares sem curso superior (que não têm ou não completaram uma formação de tipo superior). Os quadros VI e VII (ver p. 80) traduzem essa taxinomia: O primeiro dado geral que salta à vista é, sem dúvida, a percentagem dos ministros com formação universitária, que se salda em cerca de 56 por cento. Se adicionarmos os ministros civis e militares que completaram cursos do ensino

técnico (escolas politécnicas, escolas médico-cirúrgicas, Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, escolas militares, etc.), que envolviam uma formação de tipo superior, a percentagem anterior sobe para uns significativos 81 por cento. Todavia, esta espécie de formação perderia, definitivamente, a sua importância a partir do fim da I República, sua época áurea. Outro dado relevante, que se prende, provavelmente, com a gradual qualificação do cargo de ministro da Fazenda e das Finanças, é o aumento relativo (isto é, em comparação com os restantes tipos de formação) do número de ministros com curso universitário desde o Antigo Regime até à actualidade, com os períodos da Ditadura Militar e Estado Novo e da Democracia a constituírem autênticas fracturas a esse nível, visto que a percentagem de ministros com formação universitária salta, no primeiro desses períodos, para 61,5 por cento e, no último, para 100 por cento. Na verdade, a excepcionalidade da proporção verificada na Democracia é iludida pela ligação que estabelecemos, *a priori*, entre a Ditadura Militar e o Estado Novo. Se isolássemos este período, concluiríamos que, também aqui, a percentagem dos ministros com grau académico sobe para os 100 por cento. Essa tendência apenas se inverte no período da I República, quando os ministros com formação militar superior são em número de dezasseis, mais um do que os ministros com formação universitária. A margem daqueles vinha, de resto, crescendo desde “A afirmação do Liberalismo” e atinge a sua expressão máxima entre 1910 e 1926. Este dado legitima a ideia de uma forte presença das classes militares no exercício da pasta das Finanças durante a I República. Por outro lado, a par do crescimento das

habilitações superiores e universitárias, assiste-se ao decréscimo daqueles que não têm qualquer formação superior, sejam civis ou militares, até deixarem de existir a partir do período “Ditadura Militar e o Estado Novo” (*inclusive*). Os quadros VIII e IX (ver p. 81) apresentam a distribuição dos ministros com formação universitária pelos diversos graus universitários, introduzindo, também, a categoria dos pós-graduados. Convém, entretanto, fazer algumas ressalvas. Os graus universitários constantes do Quadro VIII são os mais elevados obtidos por cada ministro, isto é, acaso se verificou a conclusão de um doutoramento precedido de uma licenciatura, contou-se apenas o grau de doutor. Com esta opção, correu-se o risco de não serem contempladas áreas científicas diferentes daquela a que corresponde o último grau obtido pelos ministros (licenciado em Direito e doutor em Economia, por exemplo), mas tal situação acontece apenas num caso. A vantagem é que não há duplicações entre bacharéis, licenciados, mestres e doutores, correspondendo cada um dos graus contabilizados a um só indivíduo. A duplicação verifica-se, apenas, na categoria dos pós-graduados (ou que fizeram cursos complementares), mas, do nosso ponto de vista, torna-se útil que estes figurem no quadro de resultados, por razões que analisaremos mais adiante. De relance, podemos constatar que os bacharéis dominam até ao período da I República, mas que, a partir de então, deixam sequer de existir. Quanto aos licenciados, nota-se uma curva de evolução única entre os graus universitários, que pode ser explicada pelo conjunto de duas razões. A quebra do número de licenciados entre a Regeneração e o fim da I República pode ter as suas causas no aumento do número de doutores

verificado nesse período, mas também no facto de o ensino técnico civil e militar ter absorvido, então, muitos estudantes. De facto, é de lembrar, recorrendo aos quadros VI e VII (ver p. 80), que, entre 1851 e 1926, trinta e um ministros foram formados nas escolas politécnicas, médico-cirúrgicas, comerciais e industriais, bem como nas instituições militares. A seguir à I República, o número de licenciados voltou a subir, atingindo o seu pico entre 1974 e 2005. O número bruto de doutores sobe progressivamente desde a Regeneração até ao presente, muito embora com uma quebra na I República. Convém recordar que é neste período que mais se faz sentir a presença de ministros formados nas escolas militares, os quais redundam em quase 35,6 por cento do conjunto dos titulares da pasta das Finanças republicanas. Embora o período da Democracia absorva perto de 40 por cento da totalidade dos doutores, é no período da Ditadura Militar e do Estado Novo que a sua proporção é maior relativamente aos outros graus universitários. Por outro lado, o período da Democracia destaca-se por ser aquele que conta com o maior número de pós-graduados e mestres, para além de doutores, como já ficara subentendido no início deste parágrafo. Acresce o facto de que os ministros dos períodos da Ditadura Militar e Estado Novo e da Democracia, além de serem os mais qualificados, são, igualmente, os mais especializados (atendendo à área ministerial que superintendem), como podemos ver no Quadro X (ver p. 82), que representa as áreas de formação dos bacharéis, licenciados, doutores e pós-graduados. O curso de Direito Civil corresponde à área de formação de 55 por cento dos ministros da Fazenda e das Finanças, no entanto, veio a

perder importância desde o fim da I República, ao ponto dessa área representar apenas 11,5 por cento de todos os cursos universitários relativos ao período democrático. Esta margem era bastante maior entre “A afirmação do Liberalismo” e “A Ditadura Militar e o Estado Novo”, mas é precisamente neste período que surgem os dois primeiros ministros das Finanças formados na área económico-financeira (Ciências Económico-Financeiras e Ciências Político-Económicas). De facto, antes de 1930, data da criação do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, não se ministravam cursos universitários de Economia e Finanças em Portugal, pelo que, apesar dos esforços feitos no sentido de investir nestas áreas e de as credibilizar (nomeadamente, desde o século XVIII, com a fundação da Aula do Comércio), nunca tinham conseguido alcançar a dignidade de outras disciplinas, como o Direito, a Matemática e a Filosofia, da competência exclusivista da Universidade de Coimbra⁹. As reformas do ensino técnico, operadas ao longo do século XIX, mas, mais particularmente, na segunda metade dessa centúria, reflectiam a gradual importância social e profissional atribuída às disciplinas contabilísticas, financeiras e económicas, bem expressa nos cursos comerciais então criados. Estes tenderam a ficar cada vez mais especializados e, a partir do momento em que o preconceito do monopólio coimbrão sobre o ensino foi desfeito pela criação das universidades republicanas, estava aberto o caminho para o estatuto universitário das ciências económico-financeiras. Tal reconhecimento veio trazer profundas alterações à base de recrutamento académico dos ministros das Finanças – e disso é exemplar o período democrático.

⁹ Sobre o assunto vide António Farinha Portela: “A evolução histórica do ensino das Ciências Económicas em Portugal”, *Análise Social*, vol. VI, n.º 22-23-24, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1968, pp. 787-836. Luís Reis Torgal, “A instrução pública”, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 609-651.

QUADRO XIV
Ministros militares – cursos técnicos superiores
(distribuição de acordo com o período)

	Ciências Físico-Químicas	Curso de Administração Militar	Curso de Cavalaria	Curso de Infantaria	Engenharia	Engenharia Civil	Matemática	Medicina	n. d.	Total
A afirmação do Liberalismo	-	-	-	-	-	-	50,0%	-	50,0%	100%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	20,0%	-	-	-	60,0%	20,0%	-	-	-	100%
A I República	-	6,3%	-	6,3%	56,3%	-	-	6,3%	25,0%	100%
A Ditadura Militar e o Estado Novo	-	-	25,0%	25,0%	-	-	-	-	50,0%	100%
Total	3,7%	3,7%	3,7%	7,4%	44,4%	3,7%	3,7%	3,7%	25,9%	100%

$N = 27$

De facto, se analisarmos o Quadro XI (ver p. 82), cerca de 55 por cento dos ministros das Finanças da era da Democracia têm formação superior na área da Economia ou das Finanças. De entre os formados nestes cursos e no de Direito, cinco completaram pós-graduações ou cursos complementares em domínios económico-financeiros, o que, tendo ainda em conta os doutoramentos nessas áreas disciplinares, nos leva a pensar que o exercício da pasta das Finanças no período democrático pressupõe uma acentuada especialização. O Quadro XII (ver p. 83) ajuda-nos a constatar a perda de importância dos tradicionais centros de produção de saber e dos seus intérpretes entre os séculos XIX e XX, pela transferência de competências educativas para outras zonas do País. Essa tendência também se verifica no estudo sociológico relativo aos membros do diversos governos entre 1851 e 1999¹⁰. A Universidade de Coimbra mantém uma posição hegemónica até à I República, mas, a partir daqui, a formação

universitária dos ministros das Finanças dividiu-se por diversas instituições, com especial relevo para as universidades de Lisboa e estrangeiras. No que toca às áreas de formação dos ministros da Fazenda e das Finanças, civis e militares, que concluíram cursos técnicos superiores (os quais, recorde-se, representam cerca de um quarto do universo), constata-se que, no caso dos primeiros, são mais numerosos os que obtiveram o curso de Estado-Maior (também frequentado por aqueles que não seguiam a carreira das armas) e Engenharia Civil. Quanto aos militares, a área de formação privilegiada é, claramente, a Engenharia Militar, curso concluído por 44 por cento desses indivíduos. Os estabelecimentos de ensino mais frequentados pelos ministros civis e militares que completaram cursos técnicos superiores são, no caso dos civis, a Escola Politécnica de Lisboa e o Instituto Comercial e Industrial de Lisboa e, se falarmos dos militares, a Escola do Exército (também conhecida por Escola Militar e Escola de Guerra),

¹⁰ Pedro Tavares de Almeida e António da Costa Pinto <http://www.ces.fas.harvard.edu/publications/Tavares.pdf>.

QUADRO XV
**Instituições de ensino técnico frequentadas pelos ministros civis
(distribuição de acordo com o período)**

	Academia Politécnica do Porto	Congregação Oratório	Escola do Exército/ Escola Militar/ Escola de Guerra	Escola Imperial de Pontes e Calçadas de Paris	Escola Médico-cirúrgica de Lisboa	Escola Médico-cirúrgica do Porto	Escola Politécnica de Lisboa	Instituto Comercial e Industrial de Lisboa	n.d.	Total
A afirmação do Liberalismo	–	100,0%	–	–	–	–	–	–	–	100%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	–	–	–	16,7%	–	16,7%	50,0%	16,7%	–	100%
A I República	20,0%	–	20,0%	–	20,0%	–	–	20,0%	20,0%	100%
Total	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	8,3%	25,0%	16,7%	8,3%	100%

N = 12

onde se formaram 70,4 por cento da classe. Provavelmente, não se afigura legítimo fazer uma correspondência unívoca entre um período específico da história e determinado género de ensino, mas, no caso da formação técnica superior, há um não desprezível grau de correspondência entre os ministros com formação técnica superior da I República e o ensino militar, que não é tão claro quando pretendemos identificar os ministros de formação técnica superior do período “Da Regeneração ao fim da Monarquia” com o ensino politécnico.

Experiência parlamentar prévia

A análise que tentamos fazer neste capítulo podia ter em atenção outros exemplos para lá do exercício parlamentar, se o que está em causa é a avaliação do papel da experiência política prévia na nomeação para o cargo de ministro da Fazenda e das Finanças. Todavia, como dissemos na introdução, a arquitectura da base de dados em que este trabalho se apoiou não foi pensada,

¹¹ *Ibidem.*

à partida, para alimentar indicadores de experiência política, pelo que a avaliação da experiência parlamentar dos ministros da Fazenda e das Finanças é verdadeiramente excepcional, resultante da compilação não automatizada de dados¹¹.

No entanto, se pensarmos que, entre 1851 e 1999, quase 55 por cento dos principais governantes do País passaram pelo “hemiciclo” antes de assumir pastas ministeriais, é expectável que, mesmo isoladamente, a experiência parlamentar funcione como um bom indicador para avaliar em que medida a nomeação para a pasta da Fazenda e das Finanças depende de antecedentes políticos.

De acordo com o Quadro XVII (ver p. 89), 83 por cento dos ministros da Fazenda e das Finanças, desde 1788 até 2005, tiveram experiência parlamentar antes de ser nomeados para o cargo. O período em que a actividade parlamentar é mais generalizada antes do exercício da pasta é, precisamente,

QUADRO XVI
**Instituições de ensino técnico frequentadas pelos ministros militares
(distribuição de acordo com o período)**

	Academia Real da Marinha	Escola do Exército/ Escola Militar/ Escola de Guerra	Escola Imperial de Pontes e Calçadas de Paris	Escola Médico-cirúrgica do Porto	Escola Naval	n.d.	Total
A afirmação do Liberalismo	50,0%	–	–	–	–	50,0%	100%
Da Regeneração ao fim da Monarquia	20,0%	40,0%	20,0%	–	–	20,0%	100%
A I República	–	87,5%	–	6,3%	6,3%	–	100%
A Ditadura Militar e o Estado Novo	–	75,0%	–	–	25,0%	–	100%
Total	7,4%	70,4%	3,7%	3,7%	7,4%	7,4%	100%

N = 27

“Da Regeneração ao fim da Monarquia”. Ora, como bem lembram Pedro Tavares de Almeida e António da Costa Pinto¹², durante a Monarquia Constitucional (em particular, a partir de 1851), a passagem pelo parlamento era uma característica inerente à carreira política e um requisito indispensável para o acesso aos cargos de liderança mais relevantes. O mais significativo, porém, é que todos os ministros da Fazenda desse período de que temos informações tenham passado previamente pela Câmara dos Deputados ou pela Câmara dos Pares. Tal não se verifica em mais nenhuma ocasião.

Se descontarmos os períodos “O crepúsculo do Antigo Regime” e “A afirmação do Liberalismo”, em que a instituição parlamentar não existia ou cujo funcionamento esteve sujeito a interrupções e a alguma instabilidade, o período da Democracia é aquele em que se verifica a maior percentagem de ministros das Finanças que não

¹² *Ibidem.*

¹³ *Ibidem.*

tiveram, no tempo anterior a essas funções, passagem pelo parlamento. Eventualmente, com o avançar do tempo, os critérios tecnocráticos de selecção ganharam terreno relativamente aos critérios propriamente políticos. Nos períodos da I República e da Ditadura Militar e Estado Novo, 89 por cento dos indivíduos foram parlamentares antes de serem ministros das Finanças, o que contraria os valores apurados nesses períodos para a classe governante em geral¹³ (67,5 por cento na I República e cerca de 22 por cento na Ditadura Militar e Estado Novo).

Conclusão

Tentámos, nestas páginas, evidenciar alguns dos antecedentes sociais e funcionais daqueles que foram ministros da Fazenda e das Finanças entre 1788 e 2005.

QUADRO XVII
**Experiência parlamentar anterior ao exercício das pastas
da Fazenda e das Finanças**

	Número de ministros deputados	Exercício do mandato		n.d.
		Antes	Depois	
O crepúsculo do Antigo Regime	100%	–	100,0%	–
A afirmação do Liberalismo	100%	68,0%	32,0%	–
Da Regeneração ao fim da Monarquia	100%	93,3%	–	6,7%
A I República	100%	88,9%	11,1%	–
A Ditadura Militar e o Estado Novo	100%	88,9%	11,1%	–
Portugal Democrático	100%	70,0%	30,0%	–
Total	100%	83%	15%	2%

N = 111

Para tal, adoptámos uma periodização com base em critérios essencialmente políticos e sujeitámos a informação biográfica a uma grelha de indicadores, que nos permitiram proceder a interpretações gerais sobre a duração média e repetição dos mandatos, a naturalidade, a profissão paterna, a educação e a experiência política antecedente.

Sobre a média da duração dos mandatos, pudemos ver que ela é menor durante a I República e maior nos períodos “O crepúsculo do Antigo Regime” e “A Ditadura Militar e o Estado Novo”. Ao cruzar as características dos diversos regimes políticos com as respectivas médias de duração dos mandatos, concluímos que o período democrático é o que revela maior “equilíbrio”, pois, sendo um regime onde prevalece a regra da alternância no poder, não deixa de ter, todavia, a terceira média mais alta de todos os períodos. Restam os intervalos “A Afirmação do Liberalismo”

e “Da Regeneração ao fim da Monarquia”, que se sucedem um ao outro, em que a média de duração dos mandatos passa de 0,6 para 0,9 anos. A esta diferença não deve ser estranha a inauguração de um longo período de paz com a Regeneração, o qual Rui Bebiano apelidou, idiomáticamente, de “regresso às casernas”¹⁴, depois de cerca de trinta anos de indefinições políticas e guerras civis.

Por outro lado, aquilo que podíamos denominar por índice de repetitividade, aplicado aos mandatos, leva-nos à conclusão de que os ministros da I República não só são aqueles que exerceram o cargo por menor período de tempo, como os que menos vezes foram reconduzidos no mesmo – o que aponta para instabilidade e descontinuidade governativa (pelo menos, ao nível da pasta das Finanças).

Entrando na apreciação sociológica propriamente dita, começámos por referir as origens geográficas dos ministros. Lisboa aparece

¹⁴ Rui Bebiano, “Organização e papel do Exército”, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. V, pp. 253–263.

à cabeça, sem surpresa, num período de duzentos anos marcado pelo reforço da centralidade da capital em termos políticos, económicos e demográficos (aqui, quando comparada com outras cidades do País). Porventura mais surpreendente, é a percentagem averbada pelo distrito de Coimbra, que julgamos poder ser explicada, indirectamente, pela maior proximidade da Universidade, se considerarmos que 11 dos 14 naturais do distrito cursaram nesse estabelecimento de ensino, sabendo-se, por outro lado, que mais de metade dos ministros da Fazenda e das Finanças tem formação universitária, como concluiremos mais adiante.

Outro dado relevante é o facto de os ministros da I República provirem um pouco de todo o país e, mesmo, das antigas colónias, o que está de acordo com a origem geográfica de outras elites desse período.

Os resultados da análise da idade dos ministros à data da primeira nomeação trouxeram-nos alguns dados novos. Ao contrário de outros governantes, nenhum ministro da Fazenda e das Finanças, desde a criação da Secretaria de Estado até ao presente, assumiu o lugar com menos de 30 anos. No entanto, a média de todos os períodos situa-se nos 47 anos de idade, exactamente a mesma que Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto apuraram no seu trabalho¹⁵. Em termos gerais, pode dizer-se que a média de idades à data da primeira nomeação desceu progressivamente – senão mesmo, categoricamente – até à I República, onde atinge o seu mínimo (44 anos), o que joga a favor da tese da renovação das elites nesse período.

A média de idades à data da primeira nomeação volta a subir na “Ditadura Militar e Estado Novo”, para, de novo, decair no período

democrático, atingindo aqui o segundo menor valor absoluto (46 anos).

A profissão paterna é o indicador que se apoia em menos informação, pois só conseguimos obtê-la para 65 por cento dos casos. De qualquer maneira, a representatividade de cada período estará minimamente garantida. Dá-se mesmo o caso de o período com menos informação – o da I República – ser aquele em que as categorias profissionais variam mais, o que, se atendermos aos resultados aferidos em alguns dos anteriores indicadores para o mesmo período (por exemplo, a diversidade das origens geográficas), faz pressupor uma certa fiabilidade.

Apesar da variedade profissional dos pais dos ministros, sobressaem os oficiais militares (especialmente, para o período “Da Regeneração ao fim da Monarquia” e para o da I República), os proprietários (com ocorrências, sobretudo, nos períodos “A Afirmção do Liberalismo” e “A I República”), os médicos e lavradores (em ambos os casos, incidindo em todos os períodos, excepto no primeiro) e, por último, os funcionários públicos (que aumentam para o período democrático).

A formação académica dos ministros é o indicador mais complexo, uma vez que diferencia entre ministros civis com curso superior, com curso técnico superior e sem curso técnico superior, bem como entre ministros militares com curso superior, com curso técnico superior e sem curso técnico superior. Apesar de alguns obstáculos à classificação, vários dados resultaram claros.

Em primeiro lugar, cerca de 56 por cento dos ministros da Fazenda e das Finanças têm formação universitária e a sua proporção foi aumentando ao longo do tempo relativamente aos outros tipos de formação (excepto na

¹⁵ Pedro Tavares de Almeida e António da Costa Pinto (op. cit.)

I República, quando o ensino técnico superior militar tem uma ligeira vantagem), ao ponto de, no subperíodo do Estado Novo e no período da Democracia, todos os ministros terem formação universitária.

No universo dos ministros com formação universitária, os bacharéis dominaram até à I República e, depois desse período, eclipsaram-se. Os licenciados e doutores, depois de uma quebra no período da I República, que coincide com o paroxismo do ensino técnico superior (especialmente, militar), sobem até ao período democrático, onde atingem o número máximo absoluto. Também no período democrático, ocorre o maior número de mestres e pós-graduados.

Quanto às áreas disciplinares, fizeram o curso de Direito Civil cerca de 53 por cento dos ministros da Fazenda e das Finanças, embora o mesmo venha perdendo importância desde o fim da I República para outras disciplinas, como a Economia e as Finanças, as quais, com a criação do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em 1930, atingiram a maioria científica.

Acabara-se, então, de lançar as sementes que obrigaram, a médio prazo, ao domínio de conhecimentos técnicos e científicos específicos para o exercício do lugar de ministro das Finanças. E assim temos que 55 por cento dos ministros da época democrática têm formação superior na área da Economia e das Finanças. A função tornou-se, pois, muito mais especializada.

Está-se bem a ver que essa evolução traria consigo a perda de importância dos tradicionais centros de formação intelectual no que às habilitações dos ministros da Fazenda e das

Finanças diz respeito. A partir da I República, outras universidades passam a polarizar a formação dos ministros das Finanças, como as de Lisboa e as estrangeiras.

O ensino técnico superior, enquanto teve maior fulgor, isto é, entre “A afirmação do Liberalismo” e o fim da I República, teve um papel importante na formação da elite em apreço. Cerca de um quarto dos ministros foi formado nesse tipo de ensino, com especial relevo para os cursos de Estado-Maior e Engenharia Civil (no caso dos civis) e de Engenharia Militar (no caso dos militares). Os primeiros, ministrados nas escolas politécnicas; os segundos, na Escola Militar. Por último, averiguámos da relação entre a experiência política prévia – aqui, limitada à experiência parlamentar – e o exercício do cargo de ministro da Fazenda e das Finanças. Podemos ver que, em 83 por cento dos casos, os ministros da Fazenda e das Finanças foram deputados antes de assumir essas pastas. O período em que se regista o maior número de ministros que foram anteriormente deputados é entre a Regeneração e o fim da Monarquia Constitucional (aliás, à parte dois casos desconhecidos, foram todos parlamentares antes de sobraçar a pasta da Fazenda). Desde então até ao presente, é no período democrático que essa lógica se inverte notoriamente, porquanto, entre 1974 e 2005, dos ministros que foram deputados, 30 por cento exerceram a pasta antes de assumirem funções parlamentares. Neste período, verifica-se ainda que 54 por cento do total dos ministros não foram sequer deputados.